

Uma aula sobre a Democracia e o Ensino no Brasil

O Reitor da UNI-Rio, professor Guilherme Figueiredo, proferiu, no dia 18 último, 1 aula de sapiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em sua aula, cuja íntegra é dada a seguir, ele abordou o ensino no Brasil e a urgência de democratizá-lo.

“... a felicidade de opinar”
(Mário de Andrade)

A generosidade de Vossa Magnificência, Magnífico Amigo e Magnífico Reitor Adolpho Polillo, me ordenou vir dar a aula inaugural da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aos setenta anos, estou polido por lei de dar aulas. Esta será a última. Desejaria que fosse “bela como uma aurora”, ou ao menos “bela como um tramonto”. Mas quero, neste adeus, transmitir um resumo de experiência de vida. Permitam-me que me dispa das vestes talares e me apresente em mangas de camisa. Será uma aula “im mangas de camisa”, como o discurso em que Tobias Barreto desabafou sua alma. E deixem-me fugir da objetividade magistral, para filar de minha experiência, o que de mais próximo tenho a dizer.

Sou, com muita honra, fruto do ensino público e gratuito. Da escola primária ao doutorado, do doutorado à cadeira de professor; assisti aos últimos sessenta e quatro anos do ensino no Brasil, evolução e involução de filosofias e cópias da prática sem razões teóricas e sem justificativas práticas. Durante a Colônia, o *netting* pot das três raças tristes não se temerou mais do que com o ensino jesuítico e cimbrião. Não sejamos idilios para afirmar que o Brasil nasceu sob a inspiração de um luminoso tropicalismo, provindo de uma das nações mais atrasadas da Europa — (o que continuou a ser até perder suas colônias). Não há desdouro em constatar: fomos mal colonizados. Todos os colonizados o foram. Não há boa colonização. A nossa ocorreu sem escolas, até com a proibição delas, enquanto outras colônias sul-americanas contaram com universidades desde a primeira metade do século do seu descobrimento.

O milagre da unidade nacional reside na miscigenação, na unidade da fala, da reza, das crenças e credências e, sobretudo, na irmandade de alegrias e sofrimentos. Nossas leis de ensino, até a época da Independência, já mais ou menos inspiradas em Rousseau e nos Enciclopedistas, cujos livros nunca lidos na Biblioteca Imperial assustaram, pelo seu silêncio e ausência de eco, o visitante Jacques Arago, em 1822. E no mesmo tom se repetem as constituições dos dois reinados, tão distantes da realidade brasileira quanto abordam os chamados hoje direitos humanos, antes “direito do homem e do cidadão”.

Com a República, o pensamento positivista quase banuiu a filosofia oficial do ensino imperial. Voltou-se à discussão do ensino livre, do ensino laico, do ensino jomteano a buscar o aprimoramento do “operariado” (que operariado, num país tão recentemente escravagista e tão “essencialmente agrícola”, arquipélago de latifúndios e de desertos, vasta paisagem de brasileiros na sidade e de vida quase larvar? Conviém reconhecer: se o segundo Imperador, ele próprio amou o conhecimento e a cultura, e tentou dar-lhes o seu alento de aristocrata democrático os homens da República pensaram levar o ensino ao cârapião do homem médio brasileiro. Mas esbarrraram sempre no pavor de verificar que as salas de aula, como a Biblioteca Industrial Tarleton, da Misalliance de Bernard Shaw, eram usinas perigosas, templos de subversão. Tiveram o cuidado de inscrever, no arliverde pendão, que inspirou os mais belos versos da língua brasileira, um lema de esperança pacífica. Um lema que só se pode aceitar como verídico se tomarmos a “ordem” como a ordenação do pensamento que, postum em ação, leva ao “progresso”. Antinomia que Tobias Barreto já questionava antes da República. De certo, em nome do progresso extinguiu-se o Império; mas será que a queda do Império se fez dentro da ordem? Dir-se-ia que o lema, lido no an-

De Aristóteles a Piaget, um acordo: o homem é um animal programado para um impulso ao saber

verso e não no reverso da bandeira, impõe uma ordem unida de ação, que alcance o progresso quando se marcha para ele, e não no entreviro de buscá-lo. Tiradentes, no seu sonho republicano, expressou melhor os esforços pela liberdade do que os homens de 89. Inscreveu-os na sua bandeira nunca hasteada e exilada do mesmo luxo cultural, porém mais próximos do tríplice da Revolução Francesa. O verso latino e o mapa científico, as estrelas da Bandeira da Pátria no Dia e Hora da República, aristocracias do espírito, símbolos difíceis de comunháveis à criança ao receber a primeira comunhão da hóstia da Pátria. Acreditou ver aqui o primeiro tropeço do professor ao tentar o sopro criador do Homem Brasileiro.

E demorada e claudicante essa absorção. Porque não depende apenas do talento do educador. Depende de alguma coisa não exatamente perguntada e respondida nas constituições republicanas, exatamente como não o foram nas do Império. Por que ensinar? Por que aprender? Para que ensinar? Para que aprender? Os legisladores pouco debateram tais indagações. Adotam os princípios da razão de ser do ensino no jogo leve dos lugares comuns: o saber leva ao céu, a ignorância é pior do que a cegueira, “deixar a folha dobrada enquanto se vai morrer...”, e o pragmatismo do Cíclope de Eurípides: “Ho plútons, anthropós, tís sôphós theón”: a riqueza é a deusa da sabedoria.

Porque é obrigatório aprender, porque é obrigatório ensinar? Para que tais obrigações e tais deveres? De Aristóteles a Piaget há um acordo: o homem é um animal que precisa aprender. Diríamos hoje: um animal cujas células aprendem programadas, codificadas para um impulso ao saber. E, então, para resumir os tropeços de um aprendizado (já nem digo ensino) sem filosofia, ou de filosofia fora de verdade: o ensino no Brasil está errado. E não há pior erro do que o erro enfeitado de boniteza. E continuará errado enquanto a lei principal não disser a finalidade dele, isto é, o consenso, as aparações, a resultante de forças dos representantes do homem brasileiro. Enquanto não se admitir que o homem aprende por uma inata vocação de homem e que, entre todos os anseios desse aprendizado, valem as razões éticas: o homem aprende para não matar o semelhante; o homem aprende numa desesperada busca de paz com o próximo e com a consciência; o homem aprende porque deseja repelir o erro; o homem aprende para construir o recinto da sua dignidade e da comunidade; o homem aprende para manejar a cultura, o melhor ser instrumento de aprendizagem, a sempre tênue, fugidia e luminosa democracia: o homem aprende porque deseja que a qualidade de sua vida seja a Pátria das suas virtudes. Tais noções, ditas com o rigor do vocabulário jurídico, não com as auras da palavra poética, o legislador tem de gravar na Constituição, o que até agora não se fez, e o que é sempre possível fazer.

No centro da Avenida Atlântica se encontra um dos mais patéticos monumentos da iconografia pátria: um soldado de bronze desaba, ainda de arma em punho, ao receber um tiro mortal. A um dos lados, a inscrição: “O povo, aos Dezoito do Forte.” Abaixo, esta sentença: “A Pátria deve-se dar tudo, nada pedir, nem mesmo compreensão.” A frase do herói não o explica, nem explica a Pátria. Se não resultou de falta de compreensão ou de cópia, ali há um erro consequente de o herói não haver buscado e comunicado o porquê do seu gesto de herói, a oferta suprema. O gesto de morrer. De fome? De enfermidade? De assalto? De tédio? De velhice? De perplexidade existencial diante do absurdo da vida? Dulce et decorum est etc. Mas a Pátria tem de compreender aquele gesto, até mesmo porque a Pátria o ensinou e o cobrou. Que ensino levou o herói a

deixar-se matar pela Pátria? Porque morrer, se a sua lição final não precisa nem deve ser compreendida? Para que o exemplo? Aquela sangue é uma semente do filho estremecido na terra adorada? Será necessária e útil uma cegueira mental para que duas pátrias se matem sem se explicar? “Quem for brasileiro que me siga!” Os que o seguiram sabiam-se brasileiros? Possuídos de uma única e nobre razão brasileira? “My country, right or wrong” é uma bela tirada patriótica ausente de nexos. A minha obrigação é contribuir, com a minha escolha, o meu esforço, o meu sangue, para que o meu país esteja certo. Se morro por um erro, não morro pela Pátria; morro vítima de não ter sabido esculpi-la.

Depois da Constituição de 1891, outras vieram, em crescente e assustador autoritarismo. No entanto, nenhuma esclarece a razão de o brasileiro ter o dever e o direito de se instruir. De uma para outra lei magna, o Estado foi abdicando do dever e direito de educar seus filhos. O ensino a ser contratado pelo Poder Público, forma supletiva de preencher a necessidade de escolas e mestres, tornou-se um modo de o Estado esquivar-se de sua missão. Ali está o fortalecimento do ensino privado. Cabe ao particular dizer às nossas crianças, aos nossos jovens, aos nossos adolescentes, mediante pecúnia e lucro, qual o nosso comportamento político e cívico? Confundi-se ensino público e estatização; logo, com propaganda antidemocrática. O ensino privado surge, indústria ou comércio, não como prestação de serviço, a suplementar a falta de escolas e de educadores oficiais. Da pregação patriótica da Escola Nova e os vinte e seis signatários do seu movimento, das proposições de Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Mário de Andrade, Anísio Teixeira, passamos a uma legislação protelada para latifundiários do ensino, com seu poder, seus lobbies, a imposição de livros e mestres. Do ensino humanístico, o ensino de idiomas vivos, o do latim, o do grego, da análise lógica como esgrima da lógica filosófica, do aprendizado como leitura em voz alta, com o exercício da memória, com o adestramento da mão no lápis, chegamos ao pragmatismo de queimar etapas, como se fosse possível reduzir o Conhecimento a um *reader's digest* do Conhecimento, em nome da necessidade de braços para o desenvolvimento e da fuga da fome pela profissionalização. Na confecção de parafusos da mais alta utilidade passou a residir a salvação nacional. Como se a finalidade do ensino se resumisse na falácia de primo viver, sem outra esperança senão a de construir uma pátria onde cada cidadão seja um imprescindível parafuso de um gigantesco robô. Chegamos, no maior caldeirão racial das Américas, a proclamar um dia da Raça, em que nossos pobres filhos desmuniados marchavam a abanar flâmulas para o Guia da Nacionalidade... Depois da última guerra, o Brasil vitorioso ao lado das democracias buscou um tipo de ensino em que o pobre vai à escola assistir à riqueza do rico. E a humilhação das bolsas de estudo. Quando deveria ser o contrário: os ricos deviam ir aprender, na escola pobre, as agruras de seus compatriotas, aprender uma solidariedade jamais encontrada quando chegam motorizados para sentar-se ao lado de meninos doentes e sem merenda escolar.

As observações e experiências que vou citar aqui foram rabiscadas em cadernos de notas ao longo da vida. Não se organizam em sistema. Desfolho-as agora como quem joga bofetadas de papel sobre as cabeças deste auditório, simples testemunho de uma vida vivida no desejo de ensinar; como escritor, como jornalista, como professor.

O Brasil teve momentos de esperança educacional. Exemplo: quando a Missão Artística Francesa aqui chegou, em 1816. Mas os fundadores do nosso Liceu de Artes e Ofícios e da Escola de Belas-Artes logo se iludiram — ou se desiludiram... O estímulo pessoal de Pedro II poderia representar um maior passo adiante. O positivismo republicano criou frustradas esperanças do ensino público e laico. Mas as nossas reformas do ensino só tiveram tempo de mostrar-se erradas ou incompletas. Jogamos fora ensinamentos e esforços de Lourenço Filho, de Fernando de Azevedo, de Mário de Andrade, de Anísio Teixeira, de Sá Pereira; e teimamos na queima de etapas, suprimindo disciplinas, horas de aula, professores, como se pudéssemos chegar ao cálculo infinitesimal sem passar pela regra de três, como se entendêssemos a linguística estrutural sem conhecer a gramática expositiva, a lógica formal sem a análise lógica, as nomenclaturas sem suas raízes. Nunca, como no ensino, se provou tanto que os maus meios não conduzem aos fins almejados.

Pouco a pouco o Estado cedeu seu dever de ensinar em nome da intangibilidade da livre iniciativa privada, como se ensino fosse comércio ou indústria. O ensino público deixou de ser o modelo para os que prestam o serviço do ensino privado. Inverteu-se a questão. As bolsas de estudo tornaram-se regalias de poderosos, distribuídas mediante critérios suspeitos, de puro favoritismo, muitas vezes eleitoreiro; e beneficiando uma clientela especial de estabelecimentos; as delegações de... incompetência para favorecer incompetentes; os mistérios das verbas repassadas; os alunos fantasmas; os vestibulares organizados de tal maneira que mereceram a crítica até de um samba de Martinho da Vila — tudo isto tornou o ensino privado a sede de um ensino elitista, discriminador e até mesmo racista.

Surgiu um aprendizado profissional, não em busca de vocações, mas “para as classes menos favorecidas”. O indivíduo dessas células passou a ser o “carente”. E o menino que contempla o colega rico a saborear a merenda particular e o espertalhão a comer-lhe a merenda escolar. A Constituição talvez deve dizer: Em matéria de ensino, todo brasileiro é carente. Isto é: todo brasileiro é carente de ensinamento.

Basta folhear-se os dois mais recentes resumos da História da Educação no Brasil, o do prof. Paulo Natanael Pereira de Souza, recentemente elevado a presidente do Conselho Nacional de Educação, e o do professor da UNI-RIO Omar Santos, trabalho apresentado na Escola Superior de Guerra, para se verificar o que já se sabia: a História da Educação Brasileira não nobilita os nossos governantes em geral.

Nossos teóricos da educação não citam Erasmo, Vives e Rabelais, esses risonhos destruidores de mitos. Citam sempre Lutero e Lóyola, que poderiam receber a expressão de Círculo: *ces chrétien, frands du pire*.

Existe um assanhamento de querer ensinar e aprender sem passar pelos livros, um acomodamento de particulares a querer investir nos “postos de sacrifício” do ensino, uma alegria de buscar “motivações” para o aluno em novelas de televisão e gracinhas radiofônicas, uma tese constante da desnecessidade de saber ler e escrever para se fazer um curso.

Muitos postos-chaves da Educação estão ocupados por pessoas interessadas na privatização do ensino. Algumas são proprietárias, associadas, contratadas de estabelecimentos particulares de educação, embora do poder público recebam por tempo integral de 40 horas semanais. Houve um educador que, chegado a Secretário de Educação, adquiriu seu próprio estabelecimento, deixou apodrecer e deteriorar-se a rede escolar sob seus cuidados; os imóveis, as carteiras, os tetos, os banheiros, as bibliotecas. Como castigo, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. A



Por ser um humanismo, a democracia é permanente educação. A escola deve ser melhor do que o lar

mesma Academia que recusou Santiago Dantas e Gustavo Capanema. Esse tipo de educador é o agente laranja do ensino público.

Um estudo feito pela Ohio State University. Indicou (1984) que os alunos das escolas públicas nos Estados Unidos estão no mesmo nível dos das escolas católicas e melhores do que os das demais escolas particulares. Não é a privatização que exprime a excelência da democracia.

A finalidade da educação precisa ser reafirmada a cada dia, a cada instante, em cada circunstância.

Ensinar é para quem não quer ganhar dinheiro.

A plusvalia do ensino é o saber.

Ensinar, democraticamente, é conduzir ao que Mário de Andrade chamou “a felicidade de opinar”.

Cumprir ao Estado Democrático salvar cada um de seus filhos, dar-lhes saúde, nutrição, para aprender a escolher; até que, por sua própria escolha, prefira, na comunidade, o seu ofício, à altura de suas habilitações.

Ensinar é proporcionar ao cidadão o seu próprio índice de consulta. Ensinar é ensinar a aprender.

Formar currículos de profissões, não. Educar é ensinar a, através do trabalho, ir o cidadão buscar a vida que almeja. Ensinar a ambição de ser, não a de ter. O trabalho é o meio de ganhar o pão e o lazer. O ensino ensina a escolher o trabalho para escolher o lazer.

A democracia é um humanismo. A democracia é uma permanente educação.

A escola deve tentar ser melhor do que o lar.

A ministração de noções úteis à compreensão das ideias de Liberdade, de Pátria, de Nação, de Direito, de Estado e de suas instituições, de sua operacionalidade política, social e administrativa, deve ser feita por professores aptos e não por aqueles que, por incapacidade, são “aproveitados” nos “Estudos de Problemas Brasileiros”.

A redução do número de horas do ensino e a multiplicação dos turnos, a eliminação ou redução da ginástica, a extinção da música, são pragas contra o ensino de primeiro grau.

“Todos os homens têm o desejo de aprender”, lembra Joseph S. Schwab, num ensaio de 1976. E acrescenta: “A escola constitui de algum modo o clima social no qual as propensões em direção à comunidade podem desenvolver-se do melhor modo.” E mais: “A escola pública americana pode e deve ser tal escola.”

E o mesmo ilustre educador americano, em sua defesa da escola pública, escreveu, no ano passado: “Os lares se dividem por etnias, origens nacionais, diferenças sociais e de classe. A força moral da escola, por outro lado, tende a ser centrípeta. E precisamente esse equilíbrio entre o centrífugo e o centrípeta que precisamos.” No Brasil, ainda mais. As

O financiamento ao ensino deve ser promovido através de deduções obrigatórias ao Imposto de Renda

escolas particulares dedicadas a etnias, religiões, origens nacionais são formadoras de clubes elitistas e exclusivistas. Deles se pode dizer o que Joaquim Nabuco dizia das faculdades livres: são “especializadas industriais” e “preparadoras do fanatismo”.

Depois da Segunda Guerra, assistimos à derrota do ensino público, à derrota do ensino laico, à derrota do ensino humanístico, à vitória do pragmatismo da finalidade do ensino, à derrota da universidade no seu conceito de universalidade, à derrota do ensino destinado ao pobre, à vitória da escola educacional.

O professor americano Frank Freidel escreveu todo um livro para justificar o sistema das doações e das bolsas de estudo. O livro se chama *Philantropy*: sem filantropia não há educação; e a filantropia não é obrigação da cultura americana... No entanto, sabe-se: a filantropia americana é o resultado de uma lei de imposto de renda. Se houvesse no Brasil deduções do imposto de renda destinadas à escola pública, nosso complexo educacional estaria em melhores condições.

Deve-se promover o financiamento no ensino através de deduções obrigatórias do imposto de renda, numa justa proporcionalidade.

A escola pública anula os preconceitos de raça, de religião, de riqueza e pobreza. A escola particular oferece um desenvolvimento econômico, no qual o aluno “carente” (a palavra ultrajante já ganhou a bênção do Aurélio) se sente um pária, um renegado. A escola par-

Em matéria de ensino todo brasileiro é um carente. Isto é: todo brasileiro é um carente de ensinamento.

GUILHERME FIGUEIREDO, Reitor da UNI-Rio

ticular quase não ousa reprovar o aluno, para não perder o freguês.

A falácia de que a iniciativa privada é mais produtiva e honesta do que a atividade estatal poderá levar-nos a ter exércitos privados, parlamentos privados, justiça privada.

A iniciativa privada não se interessa, de modo geral, pelo ensino da alfabetização, simplesmente porque a alfabetização não é rendosa. O ensino de 2º Grau e o universitário são o ideal do latifundiário do ensino.

O regime de tempo parcial dos professores, apontado pelo professor Rogério Cezar Cerqueira Leite como uma das sete pragas universitárias, também é praga para os alunos do 1º e 2º Graus. Com três ou quatro horas diárias cinco vezes por semana uma criança não aprende o mínimo que pode absorver.

Toda educação tem que ser popular, como toda cultura tem que ser popular. Educação impopular, cultura impopular são contradições em termos.

O bom ensino começa quando o professor sabe o nome de cada aluno e cada aluno sabe quem é seu professor.

As estatísticas do Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho mostram que a grande maioria de menores emprega-se por necessidade econômica, antes de terminar a 5ª série do segundo grau; logo, a fatalidade da “escolha” profissional foi uma determinação: o jovem começa a trabalhar antes de conhecer seus direitos e deveres de cidadão, antes de saber a forma de governo de seu país e a liberdade de que dispõe. Tudo isto se encontra no poema de Pedro, de Mário de Andrade. E a caserna que ensina aos jovens de dezoito anos o que não puderam aprender sem bolsas e sem merendas.

Ensino dirigido à alfabetização: conscientização da nacionalidade, entendimento das necessidades do lar, do município, da comunidade, de sua vocação agrícola, pastoreio, industrial etc., orientação numa direção político-filosófica, político-cultural; as noções de Pátria, Liberdade, Democracia, Solidariedade. Este o caminho que deve conduzir à Universidade.

Já se editou um manual prático para a construção de escolas de primeiro grau, destinado aos municípios e seus dirigentes? Contendo conselhos sobre terrenos, situação, plantas, materiais de construção locais, sanitários, ginásio, tudo da mais absoluta simplicidade, do pau-a-pique ao tijolo, do sapê à telha-va, obedecendo às condições climáticas e com capacidade para receber crianças residentes cinco quilômetros ao redor? Já se pensou que tais escolas podem valer-se de terras adjacentes para o ensino do cultivo agrícola? Já se pensou que podem estar ao lado de complexos fabris para o aprendizado de ofício? Já se pensou em instituir as mães crecheiras de Israel e dos países socialistas?

Não poderiam as escolas situadas perto de fronteiras ensinar o idioma falado do outro lado delas, além do português? O castelhano-argentino e uruguaio, o castelhano-paraguaio, o castelhano-boliviano, o peruano, o venezuelano, o colombiano, como veículos de aproximação, de busca de compreensão de culturas de boa vizinhança política, o caminho para o legado cultural e científico da Espanha? Se tal não for feito, o aprendizado errado da língua estrangeira virá prejudicar o aprendizado do português-brasileiro.

No Brasil cada bom educador tem que provar seu cálice de cicuta; cada mau educador recebe sua taça de champagne. Estes não se tornam imortais na constelação da Pátria, porém nas urnas transformadas em quichês.

Nos EEUU sugerem-se reformas em relatórios oficiais recentes: mais cursos fundamentais de matemática, ciências, computação, melhor uso dos horários de aulas, disciplina mais rigorosa, melhores perspectivas para os estudantes e melhor salário para os professores. Maior extensão do ano letivo, mais alto nível nas exigências vestibulares, mais trabalhos para casa, mais fiscalização e maiores exigências dos pais sobre seus filhos.

Outros relatórios insistem no aprimoramento dos estudos de matemática, ciência, redação, gramática e “pensamento crítico”. O último relatório da National Science Foundation sugere o emprego de cidadãos de talento, mas sem diplomas, como professores.

Substituiu-se criminosamente o clássico, isto é, o que se estuda na classe, pelo best-seller, isto é, a obra de consumo rasteiro erigida em motivação. Oví de um vestibulando no exame que devia escrever dez linhas sobre Machado de Assis: “Esse cara é um carreta”, e a sugestão de que melhor seria fazer perguntas sobre gente de telenovela.

No último vestibular da UNI-RIO a questão de dissertação pedia dez linhas sobre o assunto: “Qual a importância de Rui Barbosa na História do Brasil?”

Vejamos alguns excertos extraídos da redação dos candidatos:

● Hoje já não se ensina história com o conformismo de ser ensinado, retratando estes ilustres homens, que ficam apagados nas prateleiras de uma biblioteca ou no sótão de um museu.

As escolas deveriam ensinar mais Literatura, a partir do 1º grau, para que o jovem tivesse meios de descrever este homem que foi Rui Barbosa.

● Rui Barbosa, conhecido por todos, na sociedade, política Brasileira e apelidado por “Águia Branca”.

● Rui Barbosa era grande amigo do também escritor Ary Barroso.

● Mesmo sabendo que muitos dos seus colegas literários e políticos já tinham sido exilados...

● E do conhecimento de todo estudante brasileiro, mesmo que só tenha o 1º grau que Rui Barbosa teve participação no processo de independência do Brasil.

● Os dons divino chegado a determinados seres humanos construindo o amor, a paz, compreensão e a sabedoria em fim “O Mundo da Inteligência”.

● Redigiu a primeira constituição republicana e uma terceira sobre Heitor dos Prazeres, pintor e compositor de sua obra.

● Não sei bem exatamente quem foi Rui Barbosa e devido já ter estudado este assunto (História do Brasil) a alguns anos atrás. Estou fazendo vestibular para Nutrição, pois é o que eu realmente quero estudar e espero que Rui Barbosa não me prejudique, pelo fato de que eu não o ter conhecido bem.

O que eu posso dizer à respeito dele é que ele teve uma grande importância na implantação da Constituição Brasileira e que ele trabalhou vários anos com Dom Pedro I.

Por favor o senhor que estiver corrigindo a minha prova considere a minha resposta, pois ela é muito boa ou espero que o senhor ache isso. Muito obrigado por ter dedicado seu tempo em ler minha prova e me deseje boa sorte para este ano de 85, pois estamos na época de eleições e tudo realmente deverá mudar teremos Tancredino para Presidente da

República e esperamos que ele faça jus a sua vitória.

● Rui Barbosa, apelidado por “Águia de Haia” desde pequeno...

● Rui Barbosa foi um dos grandes políticos já existente em nosso País. Um cidadão simples com um auto potencial de liderança...

● Conhecido como um grande poeta, onde veio a escrever lindos poemas de amor. Era um Brasileiro honrado, pois hoje em algumas cidades do Brasil prestam honra ao saudoso Rui Barbosa, através de monumentos históricos, como existe no Rio de Janeiro no Bairro de Botafogo... também temos atualmente a sédula do nosso dinheiro (cruzeiro) sua caricatura.

● Rui Barbosa teve sua atuação muito marcada por ser um parabaano autoritário e passivo ao mesmo tempo, homem muito inteligente e sofrido.

Atuação esta que o fez um homem tal qual uma estrela, com muito brilho.

Sua cinderidade, sem acúmulo de cultura, sua saúde civil, fez com que desse tudo de si...

● Quantas vezes nos deparamos e também nos surpreendemos vendo Rui Barbosa a falar na televisão (em “vídeo tape”), logo pensamos como ele tem o dom da palavra...

● Rui Barbosa um sujeito simples e sem jeito energético de falar...

● Rui Barbosa em memória de todos, sempre será como grande culto autor do Brasil? Poesia galante aos corações de todos.

Na natureza o fluxo da sua inspiração ao toque de um lápis num pedaço de papel.

Culto literário nos pudiam, e nos prende em suas memória poesias, como eco emocional dos leitores mechedo e prendendo a suas escritas.

● Foi um homem que deu ao Brasil uma verdadeira Paz e união. Ele sim que deu ao povo brasileiro muito benefícios como: salário-família, pis, pasep, os aumentos de salários eram bem recompensados, para classe, mandou construir escolas, postos de saúde, hospitais e diversas obras que favoreceram ao povo brasileiro. No governo de “Rui Barbosa” não se via, violência, fome, marginalidades, desemprego, crise financeira...

● Hoje é lembrado pelos brasileiros com carinho e nós como um dever de recompensar tudo o que ele fez por nós colocamos em algum lugar como homenagem ao reconhecimento seu nome ou até mesmo fotografias.

● Suas obras não são mais almeçadas por uma classe de superiores, mas sim por um pouco que tenta captar nas entrelinhas das linhas de seus textos, uma nova vida, uma nova era, uma nova experiência.

Quem sabe talvez em busca de um futuro maior remoto e prometedor?

● Rui Barbosa foi de muita importância política no Brasil, ele era homem cujo seus deveres eram de enviar mensagem, isto é, também ficava atento para vigiar as facanhas que acontecia diante do império. Ele ficava como um agente: guardador do governo e da política recebia ordens e executava com bastante segurança e poder: ensinai o homem que depois veio para o Brasil...

● Ao ser descoberto o Brasil, uma pessoa de grande importância, Pedro Álvares Cabral, ao passar os anos no Brasil, trouxe um personagem que escreveu os melhores editais e que teve influência nas grandes revoluções que existiram. Este personagem é o Rui Barbosa, foi um escravidão de grande importância.

● Se existisse vários homens iguais a Rui Barbosa, inteligente e que tenha espírito de luta não haveria essa problematização da qual encontre o Brasil.

● O fim da República Velha, ou “dos coroneis”, estava próximo e começava assim uma nova era para o Brasil. Neste fato, a atuação de Rui Barbosa é reconhecida por todos como decisiva pois junto a Getúlio Vargas era preciso alguém que com seus pensamentos revolucionários conscientizasse o povo que devia mudar.

Diante dessa amostra vestível, de exames a nos oferecer todos os anos tais antologias de asneiras, como posso abordar o tema desta aula, “Universidade e Democracia”?

A quem culpar por essas calamidades? A quem culpar se os alunos redigem esses rebotados sem nexos, desinformados tartamudeos de débeis mentais? Como professores, somos culpados de não haver protestado contra a chegada de tais candidatos ao exame de ingresso na Universidade. Somos culpados do que não aprenderam no primeiro e segundo graus. Limitamo-nos a esperá-los no pórtico, apenas com a fita métrica para conhecer o tamanho de suas ignorâncias e não com o clamor da denúncia de todo um sistema de ensino que consente essa alalia. A quem culpar, senhores professores, se os mocos não conhecem a Oração aos Moços? A quem culpar se lhes dizem, na aula de Democracia, que Rui Barbosa “já era”?

A atualização do professor é fundamental: para um professor de química do curso secundário, desenhe o caracol de Mendelejeff, que ele não conhecia; ou dos famosos advogados e professores de meu tempo de estudante, em pleno aparecimento do teorema de Godel, me afirmava que a matemática, além das quatro operações, era inútil; um professor de filosofia ensinava que os bons pensamentos têm forma de rosas, os maus têm forma de espinhos; outros jornalistas mestres meus contemporâneos asseguravam que a teoria da relatividade era uma tolice e que a fissão atômica uma mentira judia; as leis de Mendel são ignoradas em várias escolas de segundo grau.

E absurda a eliminação dos estudos da literatura portuguesa! Isto se propôs em nome de um nacionalismo larvar, um patriamadismo impatriótico.

O inglês, o francês, o espanhol, o latim, o grego precisam ser realmente ensinados no segundo grau.

Queimar etapas não significa simplificar currículos, mas aprofundá-los e torná-los tão abrangentes que acelerem o processo do conhecimento pela intensidade de absorção do conhecimento. Não é com digestos de disciplinas, três turnos de escolas, professores a correr de um para outro emprego que isto se consegue. O ensino melhora com a melhora do apreço ao professor.

“Quanto ao ensino de 2º grau, analisado sob o ponto de vista quantitativo, vem ele evoluindo de forma grandemente satisfatória”, afirma o professor Paulo Natanael Pereira de Souza. Sinceramente, não consigo entender que val melhorando em quantidade o que tem piorado em qualidade.

O desaparecimento do ensino de idiomas. Seis idiomas, diz-nos o sociólogo Antônio Cândido, são veículos de ciência e cultura: o inglês, o francês, o alemão, o espanhol, o russo, o italiano. Como admitir que um professor ou aluno de nível superior não domine pelo menos uma delas? Mais próximos de nossas fronteiras geográficas e culturais estão o espanhol e o francês. Pois decidui-me amodoraçá-los. Hoje já quase não existem essas aves raras, bons professores de espanhol e francês. Em que língua é possível ler comunicações científicas sobre energia atômica ou sobre as últimas pesquisas no câncer, se não estão traduzidas para o português? Dir-me-ão: quem estuda matérias transcendentais deve conhecer, mas os vestibulandos não resistem a um exame razoável de qualquer idioma obrigatório ou optativo: quem quiser reprovar um vestibulando, reprova-o em português, francês e inglês.

As sete pragas universitárias, segundo Cerqueira Leite: 1 — o tempo parcial; 2 — a incompetência vitalícia; 3 — o isolacionismo; 4 — a burocracia; 5 — a tendência à compartimentalização; 6 — a falta de autonomia; 7 — o gigantismo.

lização; 6 — a falta de autonomia; 7 — o gigantismo.

Dois causas da má universidade: o desprezo do aluno ingressante e o baixo salário do professor. Um professor ganha como um sargento; um reitor ganha vencimentos de capitão.

O temor dos julgamentos oscilantes e despadronizados, a preguiça, a falta de tempo para correção das provas levaram aos testes; os testes levaram às múltiplas escolhas, paraíso de loteca e jogo-da-velha.

Vivemos submersos em crises: crise do ensino, do primário à universidade refletidas nas academias que ficam marginalizadas da vida nacional, transformadas em depósitos de fantasmas, ossários de sambaquis improdutos.

O professor Maurício Lanski, que acaba de deixar a Reitoria da Universidade Federal de Ouro Preto, chama atenção para o fato de, em 54 anos de existência, o Ministério da Educação ter tido 43 ministros; deduzidos os onze anos de permanência de Gustavo Capanema, há uma média de um ministro por ano, o que representa “descontinuidade administrativa” e “fragilidade dos programas educacionais”. Acrescentou a esses males os seguintes “infindadores” da má política educacional: analfabetismo, dicotomia entre os diferentes graus de ensino, dependência de técnica importada, reduzidos volumes de recursos alocados à educação, pluralidade e duplicidade de órgãos e programas educacionais, não incorporação pelos organismos oficiais do produto universitário.

Em menos de vinte anos a energia atômica, brincadeira com que ignorantes experts faziam psamar as mocinhas, explodiu o átomo de Demócrito, as cidades, as populações inocentes. Em menos de vinte anos a matéria tornou-se energia, o espaço encurvou-se sobre si mesmo, o homem, sombra de um sonho, tornou-se pesadelo do subconsciente, microbó do infinito; o infinito esfaleou-se em galáxias. Nos anos trinta o teorema de Godel era um jogo do espírito, os vírus eram miasmas, o mercúrio curava os pecados da carne. Em nenhuma outra época o Deus da Guerra foi tão vitorioso sobre o Deus da Paz. Hoje vivemos só da esperança de que a democracia, isto é, o ensinamento da ética do respeito ao próximo, penetre nas consciências.

Cumpra abolir dos textos constitucionais, das leis de diretrizes e bases, das leis consequentes, expressões como “as classes menos favorecidas”, e palavras como “carente”, “subdesenvolvido”, ou “em vias de desenvolvimento”. No ensino público não há carentes, nem pobres, nem ricos: há crianças que têm o direito e o dever de instruir-se e há o Estado com o direito e o dever de instruí-las. E preciso abolir da Constituição expressões justificadoras da omissão do Poder Público: “falta ou insuficiência de recursos” que o menor deve “provar”; e “alunos necessitados”, o que